

Boletim nº 260 - 28/7/2021

Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - DIRGED

Este boletim consiste na seleção periódica de julgados do Órgão Especial, da Seção Cível, das Câmaras Cíveis e Criminais do TJMG. Apresenta também decisões e súmulas provenientes dos Tribunais Superiores.

As decisões tornam-se oficiais somente após a publicação no *Diário do Judiciário*. Portanto, este boletim tem caráter informativo.

SUMÁRIO

Seções Cíveis

Copasa – Ossada humana encontrada em reservatório de água – Dano moral – Prova - Necessidade

Órgão Especial

Exceção de incompetência – Femicídio - Promotor de Justiça - Foro especial – Prerrogativa de função - Tribunal de Justiça – Competência

Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei Municipal – Cessão de máquinas e servidores públicos a particulares – Inconstitucionalidade declarada

Lei Municipal – Fundo Emergencial de Combate à Covid-19 – Criação – Constitucionalidade

Reconhecimento de paternidade – Ação de impugnação - Art. 1.614 do Código Civil – Prazo decadencial – Limitação temporal – Inconstitucionalidade

Câmaras Cíveis do TJMG

Compra e venda não registrada – IPTU – Responsabilidade solidária

Efeito expansivo subjetivo – Litisconsorte passivo não unitário

Genitora desidiosa – Guarda deferida ao genitor – Melhor interesse da criança

Contrato de promessa de compra e venda - Rescisão – Reintegração de posse – Direito obrigacional - Cônjuge – Citação – Desnecessidade

Ação Declaratória de Inexistência de Débito - Indenização – Dano moral – Dano material – Agência de turismo – Compras de passagens aéreas – Falha do sistema virtual da companhia aérea – Prova - Procedência dos pedidos



Ação civil pública – Meio ambiente – Saúde pública – Implementação de políticas públicas – Proteção e controle da densidade populacional de cães e gatos em situação de abandono – Intervenção do Poder Judiciário – Possibilidade – Procedência parcial do pedido

Câmaras Criminais do TJMG

Descumprimento de obediência a agente penitenciário – Fato definido como crime doloso – Ausência de oferecimento de representação - Irrelevância

Fiança – Fixação superior a um salário mínimo - Fundamentação – Compensação – Competência do juízo de execução

Estrupo de vulnerável – Crime de importunação sexual – Defesa deficiente – Ausência de prejuízo - Nulidade – Inocorrência - Desclassificação de algumas condutas – Necessidade

Crime contra a fé pública – Falsidade ideológica - Oficial de Justiça - Condenação

EMENTAS

Seções Cíveis

IRDR – Fixação de tese jurídica

Copasa – Ossada humana encontrada em reservatório de água – Dano moral – Prova - Necessidade

Ementa: Incidente de resolução de demandas repetitivas. Fixação de tese jurídica. Município de São Francisco. Copasa. Ossada humana encontrada em reservatório de água. Dano moral. Necessidade de comprovação.

- A obrigação de indenizar pressupõe a comprovação de todos os elementos etiológicos da responsabilidade civil: conduta, dano, nexos causal e dolo ou culpa, na hipótese de responsabilidade subjetiva.

- O dano moral consiste na lesão a bens pessoais não econômicos e exige, em regra, a prova da ofensa individual e subjetiva aos direitos da personalidade.

- É necessária a comprovação do dano moral decorrente da localização de ossada humana em reservatório de água distribuída pela Copasa para consumo da população do Município de São Francisco/MG, afastando-se a tese do dano presumido.

- Fixada a tese jurídica (TJMG - [Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 1.0611.14.002814-7/003](#), Rel.^a: Des.^a Albergaria Costa, 1^a Seção Cível, j. em



28/5/2021, p. em 16/7/2021).

Órgão Especial

Exceção de Incompetência Criminal – Foro Especial

Exceção de incompetência – Feminicídio - Promotor de Justiça - Foro especial – Prerrogativa de função - Tribunal de Justiça – Competência

Ementa: Exceção de incompetência criminal. Constituição da República. Foro por prerrogativa de função. Sentido e alcance. Crime doloso contra a vida. Feminicídio. Promotor de Justiça. Questão de ordem na AP 937 do STF. Inaplicabilidade ao caso concreto. Competência do Tribunal de Justiça. Prevalência sobre o Tribunal do Júri. Exceção rejeitada.

- Compete ao Tribunal de Justiça, por força do disposto no art. 96, III, da Constituição da República, o julgamento de Promotores de Justiça, inclusive nos crimes comuns dolosos contra a vida.

- Persiste o foro especial por prerrogativa de função ainda que o agente, Promotor de Justiça, tenha praticado o crime que lhe é atribuído em regime de disponibilidade compulsória.

- No julgamento da QO na AP 937/RJ, em que se limitou o foro por prerrogativa de função às hipóteses de crimes praticados no exercício da função ou em razão dela, o Pleno do Supremo Tribunal Federal não deliberou expressamente sobre o foro para julgamento de magistrados e membros do Ministério Público, limitando-se a estabelecer tese em relação ao foro por prerrogativa de função de autoridades indicadas na Constituição da República que ocupam cargo eletivo (TJMG - [Exceção Incompetência - Cr 1.0000.21.075674-8/001](#), Rel.: Des. José Flávio de Almeida, Órgão Especial, j. em 19/7/2021, p. em 23/7/2021).

Processo cível – Direito Constitucional – Ação Direta de Inconstitucionalidade

Ação Direta de Inconstitucionalidade – Lei Municipal – Cessão de máquinas e servidores públicos a particulares – Inconstitucionalidade declarada

Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. Cessão de máquinas e servidores públicos a particulares mediante pagamento de remuneração. Art.122 da Lei Orgânica e art. 2º da Lei nº 395/2013. Município de Varjão de Minas. Separação de poderes. Normatividade dos princípios constitucionais. Moralidade. Impessoalidade. Inconstitucionalidade material declarada.

- Declara-se a inconstitucionalidade do art. 122 da Lei Orgânica e do art. 2º da Lei nº 395/2013, ambos do Município de Varjão de Minas, que autorizam a cessão de máquinas e servidores públicos municipais a particulares, mediante pagamento de remuneração, por violação aos princípios constitucionais que vinculam a Administração Pública, designadamente os da moralidade e da impessoalidade (TJMG - [Ação Direta Inconstitucionalidade 1.0000.20.470495-1/000](#), Rel.: Des.



Kildare Carvalho, Órgão Especial, j. em 14/7/2021, p. em 23/7/2021).

Processo cível – Direito Constitucional – Ação Direta de Inconstitucionalidade

Lei Municipal – Fundo Emergencial de Combate à Covid-19 – Criação – Constitucionalidade

Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. Lei municipal. Criação de fundo emergencial de combate à covid-19 no âmbito do município de Itabirito. Não inclusão da receita em lei orçamentária anual. Excepcionalidade reconhecida. Situação de calamidade pública. Pedido julgado improcedente.

- A lei municipal, que instituiu o Fundo Emergencial de Combate à covid-19, é constitucional, ainda que a receita não esteja prevista na Lei Orçamentária Anual, quando verificado que o art. 161, § 3º, da Constituição do Estado de Minas Gerais autoriza, de forma excepcional, a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidade pública.

- No controle de constitucionalidade em tese da lei é preciso que se indague existir interpretação compatível com a Constituição. Em caso positivo torna-se necessário evitar a declaração de inconstitucionalidade em apreço ao princípio dominante de hermenêutica da presunção de constitucionalidade da lei.

- Representação julgada improcedente (TJMG - [Ação Direta Inconstitucionalidade 1.0000.20.545561-1/000](#), Rel.): Des. Júlio Cezar Gutierrez, Órgão Especial, j. em 14/7/2021, p. em 23/7/2021).

Processo cível – Direito Constitucional – Incidente de inconstitucionalidade

Reconhecimento de paternidade – Ação de impugnação - Art. 1.614 do Código Civil – Prazo decadencial – Limitação temporal – Inconstitucionalidade

Ementa: Incidente de inconstitucionalidade. Ação de impugnação ao reconhecimento de paternidade. Gênero. Prazo decadencial previsto na parte final do art. 1.614 do Código Civil aplicável somente à impugnação ao reconhecimento de paternidade "imotivada", "vazia", sem a constituição de nova relação. Violação ao princípio da isonomia, razoabilidade e dignidade da pessoa humana. Incidente acolhido.

- O art. 1.614 do Código Civil determina que "o filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação".

- A parte final do art. 1.614 do Código Civil, que impõe limitação temporal ao direito de impugnar o reconhecimento de paternidade pelo perfilhado, viola os princípios da isonomia, em sua dimensão familiar, da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana, do qual decorrem os direitos personalíssimos tanto de



investigar a origem genética, biológica das pessoas naturais, quanto de ver reconhecido ou negado determinado estado de filiação socioafetiva.

- As ações de estado, sejam elas positivas ou negativas, possuem o mesmo *status* constitucional, de sorte que não há razão jurídica plausível para a distinção feita pela lei e pela jurisprudência, entre a impugnação do reconhecimento de paternidade, pura e simples, e a impugnação feita em concomitância com a investigação da verdadeira ancestralidade.

- O ordenamento jurídico infraconstitucional precisa ser interpretado com coerência e unidade com a Constituição Federal. E a Carta Magna vigente veda qualquer qualificação relativa à filiação ao exprimir o valor de sua paridade: "os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação" (art. 227, § 6º) (TJMG - [Arquição, Inconstitucionalidade 1.0024.14.121453-6/002](#), Rel.: Des. Geraldo Augusto, Órgão Especial, j. em 25/6/2021, p. em 9/7/2021).

Câmaras Cíveis do TJMG

Processo cível – Direito Tributário – Registro de imóveis

Compra e venda não registrada – IPTU – Responsabilidade solidária

Ementa: Agravo interno. IPTU. Compra e venda não registrada. Proprietário no registro de imóveis. Responsabilidade pelo pagamento. Precedente do STJ. Recurso não provido.

- Conforme decidido pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de julgamento pelo rito dos recursos repetitivos, art. 543-C do CPC de 1973, tanto o promitente comprador (possuidor a qualquer título) do imóvel, quanto seu proprietário/promitente vendedor (aquele que tem a propriedade registrada no registro de imóveis) são contribuintes responsáveis pelo pagamento do IPTU.

- É o agravante responsável solidário pelo pagamento do IPTU, nos termos do art. 32 do CTN, considerando que figura perante o Registro de Imóvel como proprietário dos imóveis objetos da exação.

- Agravo Interno não provido (TJMG - [Agravo Interno nº 1.0000.20.558796-7/002](#), Rel.: Des. Raimundo Messias Júnior, 2ª Câmara Cível, j. em 20/7/2021, p. em 21/7/2021).

Processo cível – Direito Processual Civil – Cumprimento de sentença

Efeito expansivo subjetivo – Litisconsorte passivo não unitário

Ementa: Agravo de instrumento. Ação de obrigação de fazer. Cumprimento de sentença. Demora no fornecimento de insumos médicos. Fixação de multa diária. Julgamento de recurso antecedente. Exclusão das *astreintes*. Extensão dos efeitos



do acórdão ao litisconsorte passivo não unitário. Efeito expansivo subjetivo. Aplicação do art. 1.005 do CPC. Recurso prejudicado.

- Nos termos do art. 1.005 do CPC, ainda que não haja litisconsórcio unitário, o recurso interposto pelo devedor solidário aproveita aos demais quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns, ensejando o denominado efeito expansivo subjetivo.

- Afastada a imposição da multa cominatória no julgamento do recurso interposto pelo litisconsorte passivo, por se revelar insubsistente no caso dos autos, já que ineficiente para o adimplemento da obrigação e porque postulada pela via inadequada e com finalidade indenizatória, cabível a aplicação da regra prevista no art. 1.005 do CPC.

- Esvaziamento do objeto do recurso interposto contra a mesma decisão e com idêntica finalidade.

- Recurso prejudicado (TJMG - [Agravo de Instrumento nº 1.0000.21.054057-1/002](#), Rel.ª: Des.ª Áurea Brasil, 5ª Câmara Cível, j. em 22/7/2021, p. em 22/7/2021).

Processo cível – Direito Civil - Ação de modificação de guarda

Genitora desidiosa – Guarda deferida ao genitor – Melhor interesse da criança

Ementa: Agravo de instrumento. Ação de modificação de guarda. Pedido formulado pelo pai. Liminar deferida. Conduta desabonadora imputada à genitora. Desídia em relação à educação da criança. Presença de indícios. Melhor interesse da filha. Desprovimento do recurso.

- Em se tratando de guarda, a doutrina e a jurisprudência são assentes no sentido de que deve prevalecer o melhor interesse da criança, conforme dispõe o art. 227 da CR/88 e o art. 1.583, § 2º, do Código Civil.

- É primordial garantir à criança as melhores condições possíveis para o seu bom desenvolvimento moral, social e intelectual, deferindo-se a modificação da guarda somente em decorrência de situações graves, devidamente demonstradas.

- Havendo fortes indícios de que a genitora mantém conduta desidiosa em relação à educação da filha, deve ser mantida a decisão que defere a guarda ao genitor, que demonstra ter melhores condições de atendê-la em suas necessidades e de acompanhar seu desenvolvimento intelectual e físico (TJMG - [Agravo de Instrumento nº 1.0000.21.068181-3/001](#), Rel.: Des. Roberto Apolinário de Castro (JD Convocado), 5ª Câmara Cível, j. em 22/7/2021, p. em 22/7/2021).

Processo cível – Direito Processual Civil - Ação anulatória - Citação

Contrato de promessa de compra e venda - Rescisão – Reintegração de posse – Direito obrigacional - Cônjuge – Citação – Desnecessidade



Ementa: Apelação cível. Ação anulatória. Rescisão de promessa de compra e venda. Reintegração posse. Citação dos cônjuges. Desnecessidade. Direito obrigacional e não direito real. Natureza pessoal da obrigação.

- A ação de rescisão contratual de promessa de compra e venda tem natureza pessoal.
- A possessória de reintegração é mera consequência do pedido principal de resolução do contrato.
- Devem integrar a lide tão somente aqueles que fizeram parte da relação contratual, não havendo necessidade de citação obrigatória da esposa do réu do processo principal.
- Ausente nulidade absoluta, não há que se falar em anulação da reintegração de posse (TJMG - [Apelação Cível 1.0000.18.129372-1/002](#), Rel.: Des. Marcos Henrique Caldeira Brant, 16ª Câmara Cível, j. em 14/7/2021, p. em 15/7/2021).

Processo cível - Direito Civil – Indenização

Ação Declaratória de Inexistência de Débito - Indenização – Dano moral – Dano material – Agência de turismo – Compras de passagens aéreas – Falha do sistema virtual da companhia aérea – Prova - Procedência dos pedidos

Ementa: Apelação cível. Ação declaratória de inexistência de débito. Danos morais e materiais. Compras de passagens aéreas. Acesso através de *login* e senha. Falhas no sistema virtual da companhia aérea. Laudo pericial conclusivo. Danos materiais. Julgamento *extra petita*. Inocorrência. Negativação indevida da agência de turismo. Danos morais indenizáveis. Art. 373, II, do CPC/2015. *Quantum* indenizatório. Razoabilidade e proporcionalidade.

- Não há que se falar em julgamento *extra petita*, quando a decisão condiz com os limites estabelecidos na lide, de acordo com o pedido e causa de pedir, formulados pelo autor. Nos termos do art. 492 do CPC/2015, o julgador deve se ater ao pedido formulado na inicial, e somente quando se verifica que foi além deste, é que se deve proceder ao decote da parte excedente.
- O ônus da prova tem equivalência bipolar, conforme previsto no art. 373 do CPC/2015, sendo incumbência do autor, no que concerne ao fato constitutivo do seu direito, e do réu, no tocante à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- Nos termos do art. 186 do Código Civil de 2002, haverá responsabilidade civil subjetiva quando houver a culpa, dano e nexo de causalidade.
- Para a quantificação do dano moral, a jurisprudência orienta e concede parâmetros para a fixação da correspondente compensação. Nesse diapasão, fixou o c. Superior Tribunal de Justiça as diretrizes à aplicação da compensação por dano imaterial, orientando que esta deve ser determinada segundo o critério da



razoabilidade e do não enriquecimento despropositado (TJMG - [Apelação Cível 1.0024.14.101867-1/004](#), Rel.: Des. Baeta Neves, 17ª Câmara Cível, j. em 8/7/2021, p. em 15/7/2021).

Processo cível – Direito Constitucional – Meio ambiente – Saúde pública

[Ação civil pública – Meio ambiente – Saúde pública – Implementação de políticas públicas – Proteção e controle da densidade populacional de cães e gatos em situação de abandono – Intervenção do Poder Judiciário – Possibilidade – Procedência parcial do pedido](#)

Ementa: Remessa necessária e apelação. Ação civil pública. Meio ambiente e saúde pública. Controle e proteção de cães e gatos abandonados. Lei estadual 21.970/2016. Intervenção do Poder Judiciário. Implantação de políticas públicas. Necessidade comprovada. Imposição de deveres ao ente municipal. Razoabilidade. Construção de canil e centro de zoonose. Necessidade não comprovada. Recurso parcialmente provido.

- A proteção e o controle populacional de cães e gatos perpassam por uma proteção de âmbito constitucional, à luz do direito à saúde e do meio-ambiente equilibrado.

- Apesar da característica programática insculpida na Lei Estadual 21.970/2016, caso seja constatada qualquer ilegalidade ou omissão do Poder Público na condução de medidas hábeis a promover a proteção e o controle populacional de cães e gatos, pode o Poder Judiciário interferir na gestão de políticas públicas com o intuito de garantir uma mínima eficácia nas normas destinadas à proteção da fauna doméstica e da saúde pública.

- Havendo provas de que o Município não tem promovido o mínimo necessário para garantir a proteção dos cães e gatos, bem como a saúde pública dos munícipes, mostra-se adequada a intervenção do Poder Judiciário no caso em espeque, impondo deveres ao ente municipal.

- Diante da ausência de provas da necessidade de criação prioritária de canil e centro de zoonoses, descabe ao Poder Judiciário determinar às construções requeridas que demandam dispêndio de elevados custos financeiros (TJMG - [Apelação Cível/Rem Necessária 1.0610.17.001275-7/001](#), Rel.: Des. Leite Praça, 19ª Câmara Cível, j. em 15/7/2021, p. em 20/7/2021).

Câmaras Criminais do TJMG

Processo penal - Execução penal – Falta grave

[Descumprimento de obediência a agente penitenciário – Fato definido como crime doloso – Ausência de oferecimento de representação - Irrelevância](#)

Ementa: Agravo em execução penal. Inobservância dos deveres de obediência e respeito aos agentes penitenciários. Prática de fato definido como crime doloso.



Ausência de representação, oferecimento e recebimento de denúncia. Irrelevância. Falta grave devidamente reconhecida.

- Nos termos do art. 50, VI, c/c art. 39, II, ambos da LEP, comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que descumprir o dever de "obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se".

- Demonstrado que o reeducando praticou novo fato definido como crime doloso, sem apresentar justificativa plausível, imperioso se faz o reconhecimento da falta grave, independentemente do oferecimento de representação por parte da vítima (TJMG - [Agravo em Execução Penal nº 1.0701.10.001603-2/001](#), Rel.: Des. Alberto Deodato Neto, 1ª Câmara Criminal, j. em 20/7/2021, p. em 21/7/2021).

Processo penal - Direito Penal – Condução de veículo com capacidade psicomotora alterada

Fiança – Fixação superior a um salário mínimo - Fundamentação – Compensação – Competência do juízo de execução

Ementa: Apelação criminal. Condução de veículo automotor com capacidade psicomotora alterada. Pena de prestação pecuniária. Redução do montante arbitrado. Necessidade. Compensação do valor pago a título de fiança. Providência a ser determinada pelo juízo de execução.

- A fixação da pena pecuniária superior ao patamar de um salário mínimo exige fundamentação específica, sobretudo quando a pena corporal foi fixada próximo ao mínimo legal, com valoração neutra de todas as circunstâncias judiciais.

- A compensação entre o valor imposto na pena de prestação pecuniária e o valor pago a título de fiança é matéria a ser decidida pelo juízo de execução, com observância dos arts. 344 e 347 do CPP (TJMG - [Apelação Criminal 1.0016.20.001720-6/001](#), Rel.ª: Des.ª Valéria Rodrigues Queiroz, 3ª Câmara Criminal, j. em 14/7/2021, p. em 20/7/2021).

Processo penal – Direito Penal - Crime sexual contra vulnerável – Crime contra a liberdade sexual

Estrupo de vulnerável – Crime de importunação sexual – Defesa deficiente – Ausência de prejuízo - Nulidade – Inocorrência - Desclassificação de algumas condutas – Necessidade

Ementa: Apelação criminal. Estupro de vulnerável. Preliminar de nulidade por deficiência de defesa técnica. Inocorrência. Materialidade e autoria comprovadas. Desclassificação de algumas das condutas para o crime de importunação sexual. Necessidade. Prisão domiciliar. Matéria afeta ao juízo da execução. Valor fixado a título de danos morais. Redução. Necessidade. Custas processuais. Suspensão do pagamento.

- A defesa deficiente, quando não demonstrado o prejuízo para o acusado, não dá



ensejo à nulidade do feito, nos termos da Súmula nº 523 do STF.

- Não há que se falar em absolvição do acusado, se o material incriminatório constante dos autos é robusto, apresentando-se apto a ensejar a certeza autorizativa para o juízo condenatório, havendo coerência entre as declarações da vítima e os depoimentos testemunhais e estando a palavra do apelante isolada do conjunto probatório.

- Se algumas das condutas perpetradas pelo apelante, embora moralmente condenáveis, não caracterizam o delito de estupro de vulnerável, devem ser desclassificadas para o delito de importunação sexual, notadamente pela flagrante desproporcionalidade entre a sanção e os atos por ele praticados.

- O pedido de prisão domiciliar é matéria afeta ao Juízo da Execução Penal, devendo ser analisado em momento oportuno.

- O valor fixado a título de danos morais deve ser reduzido considerando a ausência de elementos que justifiquem a fixação de *quantum* indenizatório tão elevado, mormente em razão da desclassificação ora operada, bem como da hipossuficiência do acusado.

- Faz jus à suspensão do pagamento das custas processuais, nos termos do art. 98 do CPC, o acusado hipossuficiente (TJMG - [Apelação Criminal 1.0184.20.000497-8/001](#), Rel.: Des. José Luiz de Moura Faleiros (JD Convocado), 7ª Câmara Criminal, j. em 21/7/2021, p. em 23/7/2021).

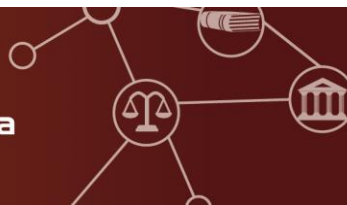
Processo penal - Direito Penal – Crime contra a fé pública

Crime contra a fé pública – Falsidade ideológica - Oficial de Justiça - Condenação

Ementa: Apelação criminal. Crime contra a fé pública. Falsidade ideológica. Oficial de Justiça. Certidão que não exprime a realidade dos fatos. Especial fim de agir. Recebimento de verba indenizatória. Autoria e materialidade comprovadas. Condenação.

- Pratica o delito de falsidade ideológica o agente que omite, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele insere ou faz inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

- Pratica o delito de falsidade ideológica o Oficial de Justiça que certifica o cumprimento de diligência não realizada com o especial fim de recebimento de verba indenizatória (TJMG - [Apelação Criminal 1.0271.19.001308-3/001](#), Rel.: Des. Anacleto Rodrigues, 8ª Câmara Criminal, j. em 15/7/2021, p. em 19/7/2021).



Este boletim é uma publicação da Gerência de Jurisprudência e Publicações Técnicas, elaborado pela Coordenação de Jurisprudência. Sugestões podem ser encaminhadas para coind@tjmg.jus.br.

Recebimento por e-mail

Para receber o *Boletim de Jurisprudência* por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-bje@lista.tjmg.jus.br, e o sistema remeterá uma mensagem de confirmação.

Edições anteriores

Clique [aqui](#) para acessar as edições anteriores do *Boletim de Jurisprudência* disponibilizadas na Biblioteca Digital do TJMG.